



Anais da Assembléia

Nº 51

CURTIBA, QUINTA-FEIRA, EM 25 DE ABRIL DE 1996

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgard Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB – 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB – 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB – 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB – 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL – 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT – 05; Angelo Vanhoni - Pércles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 32ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 1996
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Techy e Nelson Garcia.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zarusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Nêrone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Wal-mor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida.
Aprovada.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está muito depressa, eu nem terminei de...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Mas é que conhecemos V.Exa. que é o mais rápido de todos os Parlamentares da América do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados.

É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados.

Dezenove Senhores Deputados responderam à chamada.

Em votação a Ata. Aprovada.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1161

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de sua prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário retirada por dez sessões do item 05, 1ª discussão do Projeto de Lei nº 037/96, de autoria do Deputado Algaci Túlio, constante da Ordem do Dia da presente sessão 25.04.

Sala das Sessões, em 25.04.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 1153

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder votos de congratulações à Indústria Ouro Fino pela comemoração dos seus 50 anos de atividades.

Sala das Sessões, em 25.04.96.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Fundada por Augusto Mocelin e Dora Odete Gonçalves Mocelin, a indústria extrativa de água mineral Ouro Fino está completando 50 anos de existência. A data é comemorada com a expansão dos seus negócios exportando o seu produto inclusive para a Europa. Para isso, uma nova unidade beneficiadora no parque de Campo Largo, onde já estão sendo produzidos mais de 5 milhões de litros, além dos 4 milhões atuais. O investimento foi da ordem de 2 milhões de reais e permitirá a geração de 50 novos empregos.

Outras melhorias também foram implantadas laboratório para monitoramento permanente em todas as fases da produção de água e produção da embalagem de polipropileno na própria fábrica, possibilitando uma redução nos preços ao consumidor entre 11% e 18%.

Líder no mercado de água mineral do nosso Estado, a Ouro Fino desmente afirmações dando conta de uma tendência para a "quebra" das empresas familiares. Naturalmente que a experiência da Ouro Fino depende, fundamentalmente, da dedicação e competência dos fundadores e dos atuais diretores.

Que o presente requerimento enseje ainda os nossos sinceros cumprimentos à

família Mocelin, a todos os diretores e funcionários que concorrem com seus trabalhos para os 50 anos de sucesso de água mineral Ouro Fino.

REQUERIMENTO N° 1158

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos da presente sessão votos de congratulações à Editora Via da Notícia Ltda., pelo lançamento do Jornal "Hora H".

Que do teor do presente seja dado ciência ao empresário Cícero do Amaral Cattani, à Rua Emiliano Perneta, 725, 6° andar, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 25.04.96.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Contando com um invejável corpo de 22 jornalistas, reunindo os melhores nomes da imprensa paranaense, o "Hora H" é uma iniciativa da Editora Via da Notícia Ltda., e tem como diretor o empresário Cícero do Amaral Cattani. Só isso já serviria para prenunciar o sucesso desse empreendimento editorial.

Mas o "Hora H" representa também uma nova concepção em nossa imprensa. Tablóide semanal, nasce comprometido em valorizar o jornalismo vibrante e objetivo e preocupado em dar à notícia um tratamento inteligente.

Avaliando o corpo de jornalistas e colaboradores, sabemos desde já que os objetivos serão alcançados. Em pouquíssimo tempo o "Hora H" estará entre os melhores Jornais do Paraná. Os frutos serão colhidos pela população do Estado, que terá à disposição um periódico da melhor qualidade e da maior responsabilidade.

Que o presente requerimento enseje os sinceros cumprimentos deste Poder ao empresário Cícero do Amaral Cattani e à toda equipe envolvida no "Hora H", fazendo votos de contínuo sucesso.

REQUERIMENTO N° 1159

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder votos de congratulações à Cruz Vermelha do Paraná pela comemoração dos seus 79 anos de funcionamento.

Sala das Sessões, em 25.04.96.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 22 de abril de 1917, a Cruz Vermelha do Paraná apóia-se nos princípios da humanidade, imparcialidade, neutralidade, independência, caráter voluntário,

unidade e universalidade. Entre suas atividades, está a realização de cursos de socorros urgentes e prevenção de acidentes, jornadas e eventos médicos, atendimento com roupas, alimentos e medicamentos a instituições filantrópicas e à população carente, além da presença em casos de calamidades públicas municipais, estaduais, nacionais e internacionais.

O Hospital da Cruz Vermelha foi fundado em 1947 e, ao longo dos anos, preocupou-se em aprimorar recursos e estruturas, atualizando-se, adaptando-se a novos conceitos e critérios da ciência médica, acompanhando as inovações e conquistas científicas.

Que o presente requerimento enseje ainda os nossos sinceros cumprimentos ao Doutor Lauro Grein Filho, há 30 anos presidindo a entidade, e a todos os demais diretores, voluntários e funcionários que concorrem com seus trabalhos para o desenvolvimento das extraordinárias atividades da Cruz Vermelha do Paraná.

REQUERIMENTO N° 1160

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente sessão de um voto de regozijo, pelo transcurso do Dia do Contabilista.

Sala das Sessões, em 25.04.96.

(a) BASTÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Foi no ano de 1902 que se instalaram no Brasil as primeiras escolas de comércio em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Graças a essas escolas foram formadas várias gerações de contabilistas, até que surgissem as primeiras entidades de classe, o Instituto Paulista de Contabilidade e o Instituto Brasileiro de Contabilidade, no Rio de Janeiro.

Foi nessa época que foi lançado pelo Senador João de Lyra Tavares a idéia do Dia do Contabilista.

Hoje, 25 de abril, a classe contábil está comemorando mais um aniversário do Dia do Contabilista. Cumprimentando todos os contabilistas, almejamos que a classe continue unida, como meio indispensável para a vida das entidades públicas e privadas.

REQUERIMENTO N° 1155

Senhor Presidente.

O Deputado que subscrive o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná -

SANEPAR, no sentido de sanar o problema de falta de água no Bairro Yaxim, mais precisamente no Jardim Itamarati, uma vez que durante o dia nunca há água, dificultando sobremaneira os afazeres domésticos. O pedido está sendo feito pelos moradores da Rua Dr. Antonio Gomes, desse bairro.

Sala das Sessões, em 25.04.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1156

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Paraná, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos pais de alunos da Escola Estadual Dona Tília Caron dos Anjos, situada à Rua José Rietmeyer - Guabirota, os quais solicitam a presença de um policial de trânsito para orientar os alunos ao atravessarem a rua. Como essa rua é uma via-rápida, o tráfego de veículos é intenso e os alunos não têm nenhuma segurança ao terem que atravessá-la.

Sala das Sessões, em 25.04.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1157

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente a Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, para que instrua a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de sanar o problema que vem ocorrendo na Escola Estadual Arlindo Amorim, localizada na Rua Des. Cid Campeiro, n° 64 - CIC, no setor administrativo da mesma. O funcionamento desta escola é precário, não há telefone, xerox, material de expediente na secretaria e na Direção, a biblioteca não tem acervo e muitas outras deficiências existentes têm dificultado o andamento normal do estabelecimento de ensino.

É necessário que a SEED realize um levantamento das condições da escola, dos recursos materiais e funcionais da mesma, uma vez que alunos, professores e funcionários estão sendo muito prejudicados.

Pede-se providências urgentes a fim de que a Escola Estadual Arlindo Amorim tenha condições administrativas de funcionar e proporcionar eficiência no desenvolvimento de suas atividades.

Sala das Sessões, em 25.04.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1162

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado a Senhora Maria de Lourdes A. Schlommer, muito Digna Presidente da ASSINOPAR - Associação Regional dos Suinocultores do Norte do Paraná, expediente manifestando o apoio integral desta Casa de Leis às reivindicações que serão apresentadas em ato público a ser realizado no próximo dia 26 de abril no Município de Arapongas-PR.

Sala das Sessões, em 25.04.96.

(a) IRONDI PUGLIESI

REQUERIMENTO N° 1154

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais deste Poder o pronunciamento realizado pelo Doutor Olympio de Sá Sotto Maior Neto, por ocasião de sua posse para mais um mandato como Procurador Geral de Justiça do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 25.04.96.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Os procuradores de justiça integrantes do Ministério Público paranaense, em processo democrático, indicaram o nome do Doutor Olympio de Sá Sotto Maior Neto para continuar ocupando o cargo de Procurador Geral de Justiça do Estado do Paraná. O Governador Jaime Lerner, respeitando essa vontade, nomeou-o para mais um biênio frente ao MP do nosso Estado, com a aprovação unânime desta Assembléia Legislativa.

Por ocasião de sua posse, o Procurador Geral de Justiça reafirmou o "compromisso com diretrizes e prioridades institucionais que correspondam a base teórica ideologicamente bem definida: a busca da igualdade com referência de atuação e consequente opção preferencial em favor dos que estão impedidos do exercício dos direitos elementares à cidadania; significando na prática, o afastamento definitivo da Instituição das suas origens de patrocinador dos interesses dos reis e dos poderosos para se constituir - como quer o ordenamento jurídico - no mais legítimo defensor dos interesses da sociedade, com a visão clara de que defender a sociedade implica em defender, prioritariamente, as suas camadas despossuídas e empobrecidas".

Por essa pequena amostra, já é possível aquilatar o valor da peça que ora propomos seja inserida nos Anais do Poder Legislativo, não apenas pela inteligência viva e qualidade de excelente redator do Doutor Olympio de Sá Sotto Maior Neto, mas sobretudo, porque é um brado em defesa do Ministério Público, da prestação de suas funções e, principalmente, de releitura do seu papel numa sociedade em transformação,

que se quer progressivamente melhor e mais justa.

Que o presente requerimento enseje ainda os nossos sinceros cumprimentos ao Doutor Olympio de Sá Sotto Maior, por sua recondução à função de Procurador Geral de Justiça, augurando-lhe um mandato de êxito e realizações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Dr. Rosinha.

O SR. FLORISVALDO FIER - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Recentemente enviei correspondência à Direção da CODAPAR, que é uma empresa, resultado da fusão da Café do Paraná com a COPASA. E naquela ocasião, solicitei algumas informações no que dizia respeito aos salários pela administração daquela empresa.

Tal ofício, foi respondido pelo seu Presidente Marcos, Presidente da COHAPAR, respondido prontamente. E estivemos analisando a resposta e a menos que ela não tenha sido verdadeira, a denúncia que tínhamos recebido, uma denúncia anônima acaba não se concretizando.

Queríamos dizer em primeiro lugar, que agradecemos a resposta enviada a este Parlamento.

Em segundo, que esperamos que esta resposta seja uma resposta verdadeira, que ela não tenha omitido nenhum aspecto daquilo que nos foi solicitado. Por que isso? Porque, entendemos que a CODAPAR, este ano tem colaborado com alguns projetos importantes, no desenvolvimento do setor agrícola do nosso Estado. Como por exemplo, a produção de sementes e adubos verdes e de forrageiras de inverno. Também como beneficiamento de cerca de 50 mil sacas de milho, variedade, juntamente com o IAPAR para pequenos produtores.

E um outro terceiro ponto, desenvolvido pela CODAPAR do atendimento às necessidades do nosso Estado, foi o controle zootécnico em rebanhos paranaenses, que cumprindo esta tarefa.

Ultimamente, tem se noticiado que a CODAPAR, vai gerir o projeto "Paraná 12 meses". E que sendo isso verdade, esperamos que a atual administração, que tenha cumprido com os três pontos, três papéis importantes desenvolvidos ao longo dos últimos meses, no último ano e meio, que ela cumpra bem o seu papel a contento, atendendo todas as necessidades do "Paraná 12 meses". Esperamos, que isso seja feito com competência, lógico que ressalvadas as questões iniciais, que coloquei no meu pronunciamento esperando que todas aquelas informações prestadas, assim como os demais trabalhos desenvolvidos, sejam verda-

deiros, todos.

E o que acompanhamos pela imprensa tenha sido, realmente, o desenvolvido, e realmente, o aplicado.

Que essa competência provada, demonstrada publicamente na imprensa venha ser concretizada no Paraná 12 meses.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há mais oradores inscritos, nem no Pequeno, e nem no Grande Expediente, e nem no Horário das Lideranças.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 281/95, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a instituição denominada APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, do Município de Lupionópolis - PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 89/95, de 03.08.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 281/95

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, objetiva declarar de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lupionópolis.

Atendendo integralmente as disposições legais que enfatizam a matéria, o plano de lei em referência encontra-se em condições de prosseguimento.

Nosso parecer, portanto, é favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

ITEM 02

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 507/95, de autoria do Deputado Irineu Mário Colombo, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Matelândia, com sede e foro no Município de Matelândia. COM PARECER DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 167/95, de 27.11.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 507/95

P A R E C E R:

O plano de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Irineu Mário Colombo, declara

de Utilidade Pública o "Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Matelândia".

Analisando a matéria sob os aspectos de competência desta Comissão Permanente, constatamos que a mesma preenche os requisitos exigidos pela Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre normas para declaração de Utilidade Pública.

Em face do exposto, exaramos nosso parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei n° 507/95.

Sala das Comissões, em 24.04.96

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EMERSON NEFONE - Relator

ITEM 03

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 003/96, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, que declara de Utilidade Pública o Centro de Estudos Filosóficos de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 03, de 26.02.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 003/96

P A R E C E R:

O Projeto de Lei, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Centro de Estudos Filosóficos de Londrina - CEFIL, com sede e foro em Londrina.

Dispõe a Lei n° 6.994/78:

"Art. 1° - As Sociedades Cíveis, as Associações e as Fundações constituídas no Estado do Paraná, ou que aqui exerçam suas atividades através de representações, e que visem exclusivamente servir desinteressadamente à coletividade, poderão ser declaradas de Utilidade Pública, provados os seguintes requisitos:

I - que possuam personalidade jurídica há mais de um ano.

II - que estão em efetivo exercício e servem desinteressadamente à coletividade em observância aos fins estatutários.

III - que não remunera a qualquer título os cargos da sua diretoria e que a entidade não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes e mantenedores sob nenhuma forma ou pretexto.

IV - que, comprovadamente, mediante relatório apresentado, promove a educação, a assistência social, ou exerce atividades de pesquisa científicas, de cultura, inclusive artísticas ou filantrópicas, de caráter geral ou indiscriminatório."

Analisando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão entendeu que há respaldo legal, para o prosseguimento da presente, não encontrando óbice à sua tramitação nessa Casa de Leis.

Nosso parecer, é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 17.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 04

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 009/96, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede em Querência do Norte, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 03, de 26.02.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 009/96

P A R E C E R:

Estando o referido Projeto de Lei n° 009/96 em conformidade com a Lei n° 6.994/78, no que se refere as normas para declaração de entidades de Utilidade Pública, dar-se-á sequência aos seus trâmites normais visando instrumentalizar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE, com sede em Querência do Norte, com este mérito, de acordo com a iniciativa do nobre Deputado Walmor Trentini.

Sala das Comissões, em 17.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 05

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 037/96, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação Profissional dos Empregados em Empresas de Vigilância, Segurança, Guardas, Transportes de Valores e Similares do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. n° 07, de 04.03.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 037/96

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do Deputado Algaci Túlio, tem por objetivo de declarar de Utilidade Pública a Associação Profissional dos Empregados em Empresas de Vigilância, Segurança, Guardas, Transportes de Valores e Similares do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital. Pretende-se com tal propositura beneficiar esta Associação constituída para fins de estudo, coordenação, proteção, com o intuito de colaboração com os poderes públicos e as demais associações, no sentido solidariedade social e profissional e de subordinação aos interesses nacionais.

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça verificou estarem cumpridos todos os requisitos exigidos pela Lei, nada obstando sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Diante do exposto, somos pelo parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 17.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

BÁSILIO ZANUSSO - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão, por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 037/96.

ITEM 06

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 063/96, de autoria do Deputado Nelson Justus, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Doutor Moysés Paciornik. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 17, de 18.03.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 063/96

PARECER:

O presente Projeto de Lei nº 063/96, de autoria do Nobre Deputado Nelson Justus concedendo Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Doutor Moysés Godstein Paciornik traduz em si os anseios da comunidade paranaense e pauta pela tradição desta Casa em destacar as ilustres personalidades que participaram ou participam da vida política, econômica e sócio-cultural do Estado.

O Doutor Moysés Godstein Paciornik é um dos médicos mais conceituados do país e com suas obras de pesquisas divulgadas, discutidas e aceitas em várias partes do mundo. Uma de suas obras mais destacadas é a que versa sobre o "parto de cócoras", uma prática exercida pelos índios e que segundo as pesquisas de Paciornik trás inúmeras vantagens para a parturiente, tesse reconhecida por técnicos de saúde de todos os continentes.

Portanto, a oportuna iniciativa do nobre Deputado Nelson Justus com certeza encontrará eco nesta Casa.

Sala das Comissões, em 17.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Sobre a mesa, requerimentos nº 1153, 1154, 1158 e 1159, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 1155 a 1157, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1160, de autoria do

Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1162, de autoria da Senhora Deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - É só para comunicar aos Senhores Parlamentares, que logo mais às onze horas, na FUNDEPAR, nós teremos a assinatura de vinte e três convênios com os municípios, para construções no valor de vinte e seis milhões, para implantação do Projeto Qualidade do Ensino Público do Paraná, para a construção de escolas, salas de aulas.

Então, nós fazemos o convite aos Senhores Parlamentares para que se façam presentes, neste ato, na FUNDEPAR, às onze horas.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, só para registrar a presença de dois Vereadores que estão aqui, entre nós: Vilmar S., Vereador do PMDB de Farol e, também, o Senhor José Laurindo, que é o vice-Prefeito do Município de Farol. E o ex-Prefeito de Rio Azul, Mário Petrosk. A presença deles é uma honra, aqui, nesta Casa.

O SR. ÉLIO RUSCH (Pela Ordem) - Senhor Presidente, só para registrar, também da mesma forma, a presença de dois Vereadores da Cidade de Marechal Cândido Rondon: o Vereador Waldir S. e Nilson H., que nos honram com suas presenças.

E não poderíamos deixar em branco também, como o Deputado Orlando Pessuti, o Deputado Zuk e outros Deputados já têm se manifestado, aqui, na Assembléia e, na verdade, nós chegamos atrasados. Nós, até iríamos fazer um pronunciamento sobre o movimento, que vai acontecer no dia de amanhã, dos suinocultores do Brasil inteiro. No Paraná, nós temos dois encontros, duas manifestações: uma na Cidade de Cascavel e outra na Cidade de Arapongas, no Norte do Paraná.

Acho, para nós, Parlamentares, que militamos exatamente em defesa do nosso agricultor, principalmente, do suinocultor do nosso Estado, a situação está caótica, está difícil, porque o custo de produção tem aumentado sensivelmente. E nós já tivemos uma baixa de 30% das matrizes do Estado do Paraná e se não tomarmos algumas medidas urgentes, para salvar a agricultura do nosso Estado, nós teremos praticamente, no ano que vem, reduzido a zero a

suinocultura em nosso Estado.

Obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Só para comunicar Senhor Presidente, que no horário das dez horas, no Congresso Nacional, os Secretários Cássio Taniguchi, Miguel Salomão Lubomir Ficinski, estão numa reunião com os Deputados da Comissão Mista do Orçamento do Congresso, explicando o Paraná Urbano. E esperando e acreditando, que o ex-Governador Roberto Requião se sensibilize com os municípios do Paraná, não criando entraves para a aprovação, desse empréstimo nacional, que já tem o parecer favorável do eminente Senador Osmar Dias.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) Senhor Presidente, gostaria de dizer o seguinte, o Senador Requião, tem envidado todos os esforços, tanto ele como o Senador Osmar Dias, para aprovação do Projeto Paraná Urbano, porque vêem com maior interesse que o Paraná Urbano, um programa aliás que foi feito inteiro, e inclusive o nome, até o nome Paraná Urbano foi dado ainda no Governo Requião.

Então, temos o maior interesse que esse programa seja o mais rápido possível... A única preocupação, Senhor Presidente, Senhores Deputados e eminente Líder Deputado Algaci Túlio, é que não haja discriminação em relação a prefeitos que não estejam aliados ao Palácio Iguaçu. Essa é a única preocupação que a Oposição tem, que não se faça aí uma nova lista de Schindler na escolha dos prefeitos que vão assinar o Paraná Urbano.

Por isso, que não tenho a menor dúvida que o Senador Requião, o Senador Osmar Dias e a Bancada do PMDB no Senado da República, aprovarão sim o Paraná Urbano, mas nós aqui devemos ficar muito vigilantes sobre o risco de que nós possamos ter aqui uma discriminação em relação a Prefeitos, Prefeitos do PMDB, do PFL, do PDT, Prefeitos que apoiaram a candidatura do Governador Álvaro Dias e que hoje não estão aliados aí por cima desse chicote que tem o Palácio Iguaçu.

Sinceramente é uma preocupação que nós temos.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, queria aproveitar para dizer que essa prática da perseguição, a prática da vingança, a prática de atendimento eleitoreiro, a prática do atendimento àqueles que são do Partido do Governo, não é a prática desse Governo.

E nós temos dado prova disso durante todo este 1 ano e 4 meses, o atendimento aos 371 municípios, Prefeitos dos mais di-

versos Partidos têm acesso ao Palácio do Governo, têm acesso às Secretarias. E jogando por terra essa pretensão do Deputado Romanelli de dizer que haja uma lista. Não faz mais do que a obrigação Vossa Excelência e o seu Partido, exatamente de fiscalizar, mas tem que haver a devida sensibilidade do ex-Governador Roberto Requião, de entender que é importante para o Estado do Paraná, pela aprovação do Paraná Urbano. Esse Governo deu uma demonstração de total imparcialidade quando fez com que as Associações de Prefeitos, viabilizassem os projetos para o Paraná Urbano. Tivéssemos nós a intenção de atender os Prefeitos que trabalharam na aliança que elegeu o Governador Jaime Lerner - não abriríamos o espaço para que as entidades, muitas delas até, presididas por Prefeitos do PMDB, do PT, de outros Partidos.

Portanto, não cabe essa sua afirmação, não passa pela cabeça e pela prática desse Governo de atender conforme determinada lista. Isso não é prática desse Governo, foi prática dos Governos do seu Partido, o nosso não.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Só gostaria de acrescentar alguma coisa ao Deputado Romanelli, de que, se nós formos atender só os Prefeitos que apoiaram o Governador Jaime Lerner, não vai ser gasto nunca esse dinheiro, porque muitos poucos Prefeitos tiveram a liberdade de apoiar o Governador Jaime Lerner.

O Deputado Romanelli era um daqueles Secretários que corria atrás dos Prefeitos com uma caneta na mão obrigando os Prefeitos assinarem para obterem casa na sua Secretaria.

Então, "o uso do cachimbo faz com que a boca fique torta". E ele praticava, então ele tem a preocupação que nós vamos ter a mesma prática, mas os seus maus costumes não será prática do nosso Governo.

O SR. ALGACI TÚLIO - Me parece que há algum problema na boca do Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - O meu problema na boca, é de fato que fico com a língua aqui queimando dentro dela, porque o Deputado Rossoni falta com a verdade. O Deputado Rossoni foi um dos que sempre esteve na minha Secretaria e no Palácio Iguaçu, Deputado, sempre esteve no Palácio, recebido pelo Governador Requião, aliás...

O SR. PRESIDENTE (Aribal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra pa-

ra segunda-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 281 e 507/95; 003, 009 e 063/96.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 25 DE ABRIL DE 1996.

"Pronunciamento do Doutor Olympio de Sá Sotto Maior Neto, por ocasião da sua posse no cargo de Procurador Geral de Justiça do Estado do Paraná"

"Idealizo a transformação do Ministério Público em Ministério Social. Um Ministério Social em ação, ação mesmo, com fins e também meios próprios contra não só as ilegalidades, mas, principalmente, contra as injustiças. Os privilégios, os pesos e medidas desiguais são inconstitucionais. Assim, o Ministério Público evoluiria para assumir a responsabilidade daquilo que é mais significativo na ordem jurídica - a paz social pela justiça social, tarefa máxima da democracia na atual conjuntura da humanidade. O Ministério Público Social procurará dar a cada um o que é seu, mas, sobretudo, acudir a quem nada tem de seu, a quem quer, mas não pode, viver honestamente, a quem, apesar de tudo, não prejudica ninguém. O Procurador Geral será mesmo geral e tornará prática e total a expressão mais profunda de nossa nomenclatura funcional - promotor de justiça. Um Ministério Público Social promoverá a justiça social, cuidará dela e não só de uma justiça pública, estatal, oficial. A ordem jurídica seria adaptada aos dramas contemporâneos. A primazia nos benefícios pertenceria aos mais necessitados. A tranquilidade de consciência do Ministério Público depende de avanço que ele mesmo executará".

Roberto Lyra, "príncipe dos Promotores de Justiça", 1952.

Saudação às autoridades e a todos que prestigiam o evento do Ministério Público do Estado do Paraná.

A primeira palavra deve ser de agradecimento.

Devo agradecer, antes de mais nada, aos integrantes do Ministério Público do Estado do Paraná pelas manifestações de unidade e participação imprescindíveis ao êxito da jornada que, juntos, empreende-

mos. Consignar sinceros agradecimentos pela confiança depositada na nova gestão que agora se inicia e surge sob o signo inédito do consenso que lhe deu origem. Traduzo isso, podem crer, em absoluta responsabilidade com a efetivação do projeto institucional que foi por todos nós, democraticamente, traçado.

Agradecer ao Governador do Estado Jaime Lerner que, respeitando a vontade expressa pelos Procuradores e Promotores de Justiça, indicou e nomeou-me para ser, com mandato de dois anos e novamente, o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná.

Agradecer, também, aos ilustres componentes da augusta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná que, de maneira especial e sem nenhum voto contrário, aprovaram o meu nome para o honroso cargo que ora assumo.

Finalmente, devo agradecer aqueles que, mesmo não podendo votar ou nomear, participaram da vida do Ministério Público, nestes últimos dois anos - principalmente o seu corpo de funcionários - e contribuíram para efetivar as propostas institucionais destinadas a uma intervenção positiva na realidade social.

Feito o registro dos agradecimentos, cumpre-me agora reafirmar, na perspectiva da responsabilidade social do Ministério Público, o compromisso com diretrizes e prioridades institucionais que correspondam a base teórica ideologicamente bem definida, a busca da igualdade como referência de atuação e conseqüente opção preferencial em favor dos que estão impedidos do exercício dos direitos elementares à cidadania, significando, na prática, o afastamento definitivo da Instituição das suas origens de patrocinador dos interesses dos reis e dos poderosos para se constituir - como quer o ordenamento jurídico - no mais legítimo defensor dos interesses da sociedade, com a visão clara de que defender a sociedade implica em defender, prioritariamente, as suas camadas despossuídas e empobrecidas.

Tal opção ideológica, que afasta pretensa neutralidade cuja tendência e destino é sempre a manutenção do "status quo" vigente, implica em postura de estrito cumprimento do mandamento constitucional que indica ser o Ministério Público "instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis". Aí está a ponte de ouro que a Constituição de 1988 construiu, encaminhando os membros do Ministério Público, de singelos despachantes processuais, à condição de agentes políticos, instrumentos de transformação da rea-

lidade social, sempre na perspectiva de ver instalada uma sociedade progressivamente melhor e mais justa. Quando o legislador constituinte asseverou ser o Ministério Público defensor do regime democrático fez por estabelecer inarredável ponto de mutação. A Instituição não mais pode ter como dístico principal o da "dura lex sed lex", própria do tempo em que era mero agente do Poder Executivo a fiscalizar os atos do Poder Judiciário. Agora, a atividade dos Procuradores e Promotores de Justiça deverá ter como norte e bandeira o das práticas sociais democráticas.

Há que se reafirmar a consciência da responsabilidade política, profissional e ética do Ministério Público em operar o Direito num país com estruturas estabelecidas a partir de extraordinárias injustiças sociais.

Sob essa ótica, necessário reconhecer que a marca mais significativa da realidade social brasileira, infelizmente, é hoje a da contradição. A marca do contraste entre a existência de um país extremamente rico e de uma nação absolutamente pobre. O país cuja política econômica produz a mais alta taxa de concentração de riquezas do mundo. Segundo estatística do Banco Mundial em 1º lugar está o Brasil e em 2º lugar Botsuana, da África. Os 10% (dez por cento) mais ricos detêm 56% (cinquenta e seis por cento) do nosso produto interno bruto. Está claro que as riquezas produzidas por todos os brasileiros não são distribuídas entre todos os brasileiros, acabando concentradas nas mãos de grupos minoritários que se beneficiam da estrutura social injusta estabelecida no país.

Dai o número de "cidadãos" em situação de indigência atingir a cifra de 32.000.000 (trinta e dois milhões), obrigando movimento de solidariedade em socorro aos mesmos e atestando o descumprimento por parte do Estado Brasileiro de seu dever institucional indelegável de assegurar a efetivação dos direitos humanos elementares e de atuar concretamente na área da promoção social.

Dai a existência de cerca de 40.000.000 (quarenta milhões) de crianças e adolescentes carentes e abandonados, além da taxa de mortalidade infantil revestida em holocausto permanente, já que são 500.000 (quinhentas mil) crianças que morrem todo ano no Brasil em razão da desnutrição, da fome, de doenças facilmente evitáveis.

Dai um salário mínimo que não é suficiente para atender as necessidades básicas do trabalhador e de sua família, correspondendo a 18% (dezoito por cento) do seu valor quando instituído em 1940, com a observação de que mais de 50% (cinquenta por cento) dos brasileiros integram famí-

lias cuja renda per capita é inferior a 1/2 (meio) salário mínimo.

Dai a classe de trabalhadores, em mais de 50% (cinquenta por cento), não possuir carteira de trabalho, encontrando-se à margem dos direitos estabelecidos da Lei, alguns em situação análoga à de escravo, enquanto que o país é o 3º a nível mundial em índice de acidente de trabalho e ocupa o infeliz 1º lugar mundial em acidentes de trabalho com morte.

Se o quadro é esse mesmo de tragédia, imagine-se agora em que já se faz sentir o sopro dos ventos da hipocrisia neoliberal travestida de globalização da economia, tendente a transferir os foros das decisões políticas e sociais dos espaços da soberania estatal para os escritórios de grupos transacionais e multinacionais. Na busca da diminuição do "custo Brasil", pretende-se o aumento da produção sem ampliação de empregos, quando não se aposentando no próprio desemprego, pois, afinal, o trabalhador excluído será mero detalhe nesse novo mecanismo de dominação, que irá certamente, em nome da "modernidade", encaminhar à exploração e opressão ainda um número maior de brasileiros. No que diz respeito ao ordenamento jurídico, almeja-se atacar direitos sociais significativos - produtos do processo brasileiro de civilização - com a artimanha inicial da desconstitucionalização para, em seguida, impor-lhes a deslegalização, donde a imperiosa necessidade de resistência dos que foram convocados pela sociedade para a defesa do Estado de Direito Democrático.

Se o objetivo era antes de impedir que as leis de maior alcance social - e de conteúdo genuinamente democrático - acabassem letras mortas, tratadas como meras declarações retóricas ou exortações morais, relegadas ao abandono ou postergadas na sua efetivação, agora há que se acrescentar o propósito de evitar que desapareçam elas de nosso ordenamento jurídico, implicando num retrocesso a inviabilizar o estabelecimento de uma sociedade justa.

E a Justiça, neste contexto, muito haverá que fazer.

Inobstante a pompa das togas e das becas, o formalismo insuperável das audiências, o sentimento extremo de intocabilidade, temos que reconhecer que a Justiça do Brasil vai mal. Vai mal porquanto não consegue interferir significativamente para alterar o quadro de desigualdades e injustiças que a nação experimenta.

Dias atrás, quando o Ministério Público instalava uma das Promotorias da Comunidade de Curitiba (projeto que objetiva aproximar a Instituição da população a que deve servir, ultrapassando os limites estreitos dos gabinetes e dos fóruns), ouviu-se a manifestação de um Presidente de

Associação de Moradores concordando com a idéia da concretização dos direitos, mas preocupado com o tal de "acesso à Justiça" pois, segundo ele, "o povo aqui do bairro não gosta da Justiça".

Não há dúvida de que o grande desafio do Ministério Público do 3º Milênio - assim como dos demais operadores do Direito - é exatamente o de fazer uma Justiça da qual o povo possa gostar.

Para os Procuradores e Promotores de Justiça necessário então ter a capacidade de internalizar nos espaços da Justiça as questões sociais mais significativas, politizadas e valoradas sob a ótica dos interesses das classes populares, ser cabeça pensante e braço jurídico a canalizar as aspirações de emancipação dos sem-alimentação, sem-saúde, sem-educação, sem-teto, sem-terras, enfim, dos sem-oportunidade-de-vida-digna.

A Justiça poderá assim deixar de ser espaço destinado à garantia e manutenção de privilégios para se constituir em campo de luta para a efetivação dos direitos inerentes à cidadania, pedra de toque de verdadeiro Estado Democrático.

Os avanços alcançados pelo Ministério Público do Estado do Paraná nesses últimos anos, traduzidos em melhoria das condições de trabalho (principalmente com a criação dos Centros de Apoio Operacional em todas as áreas de atuação e a instalação de eficiente sistema de informatização que atinge todos os seus órgãos, então inédito no Estado), ampliação da sua dotação orçamentária de adequada política salarial e passo significativo no sentido da autonomia financeira, deve ter - e terá - a contrapartida dos seus integrantes no sentido de maior dedicação no cumprimento das atribuições institucionais, seja no que se refere às funções tradicionais na área criminal ou cível ou no que pertine àquelas de índole coletiva ou difusa, recém estabelecidas.

A defesa dos direitos das crianças e adolescentes há de receber, como estabelece o comando constitucional, prioridade absoluta, preparando-se novas gerações para o efetivo exercício da cidadania.

Privilegiando medidas de caráter preventivo, pretende-se enfatizar a utilização dos inquéritos civis e das ações públicas para a promoção e realização dos interesses relacionados à saúde, à educação, à segurança do trabalhador, ao patrimônio público, ao meio ambiente e ao consumidor.

Zelar pelo efetivo respeito por parte dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual e atribuição - de defensor do povo - que não pode, em momento algum, ser descurada,

promovendo-se, quando necessário, medidas administrativas ou jurídicas para a salvaguarda dos princípios de legalidade, moralidade, economicidade e eficiência.

Na área criminal, priorizar o combate à chamada "criminalidade do colarinho branco", que hoje, de regra, escapa a toda investigação e punição oficial, em especial os direitos contra a administração e o patrimônio público, como o são os de corrupção e de sonegação fiscal, exatamente por se tratarem de recursos criminosamente desviados e que depois faltam à efetivação das políticas sociais públicas. A criação de mecanismos necessários ao cumprimento da função institucional de controle externo da atividade policial, determinada por regra constitucional, é providência que não pode mais ser retardada, máxime porque se quer otimizar o funcionamento da Justiça Penal.

Na esfera cível, além de se incrementar as atividades junto aos feitos relativos à Fazenda Pública, necessário implementar correta fiscalização das Fundações, bem assim de todas as entidades que sejam beneficiadas com subvenções sociais.

Enquanto defensor do regime democrático, fará o Ministério Público por ampliar sua atuação no processo eleitoral, de modo a impedir que o exercício do direito do voto acabe transmutando em abjeto abuso do poder econômico ou do uso da máquina administrativa.

Para a empreitada, aqui alinhavada em alguns pontos, indispensável a cooperação com os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Tribunal de Contas, parceiros que devemos ser no alcance dos objetivos de maior interesse da comunidade paranaense. Aliás, do Governador Jaime Lerner e do Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Aníbal Khury, o Ministério Público tem recebido manifestações concretas de interesse no aperfeiçoamento institucional, foi assim em todas as nossas relações - sempre pautadas pela harmonia e respeito à independência de cada qual, - servindo como exemplo o avanço significativo no sentido da autonomia financeira, afirmada pela percepção da nossa dotação orçamentária pela via do duodécimo e com a alteração da lei de diretrizes orçamentárias para dar à Instituição percentual próprio e prioritário.

Com o Tribunal de Contas, agora presidido pelo Conselheiro Artagão de Matos Leão e que conta com a participação do Procurador de Justiça, Lauri Caetano da Silva, a sintonia e colaboração estabelecidas serviu para concretizar medidas judiciais, tanto criminais como cíveis, que certamente estarão a inibir ações ilegais e lesivas ao patrimônio público.

Do Judiciário continuamos sendo irmãos siameses, sabendo, Presidente Cláudio Nunes do Nascimento, que a absoluta maioria dos Juizes e Promotores de Justiça do Estado do Paraná, imunes ao desprezível vírus do corporativismo e infensos a equivocadas propostas de confronto, estão trabalhando conjuntamente - e também com os advogados - em prol do alcance daquilo que é indicado como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, qual seja o de ver instalada uma sociedade livre, justa e solidária.

Para finalizar, o registro de que continua íntegro o propósito do Ministério Público do Estado do Paraná de colaborar com o processo já desencadeado de organização popular, servindo inclusive de seu braço jurídico. Mantida está a idéia de que somente a sociedade civil organizada - e, assim, politizada - será capaz de levar adiante as reformas estruturais da sociedade. Por ser o espaço da revolução, à sociedade civil atuante estão atreladas a reforma agrária, a reforma educacional, a reforma tributária. Somente a sociedade civil organizada será capaz de fazer implantar um Estado genuinamente democrático e, porque democrático, preocupado em superar a situação de miserabilidade experimentada pela grande maioria do povo brasileiro.

Por isso a extrema satisfação de ver novamente aqui, nesta solenidade do Ministério Público defensor da sociedade, representantes de suas forças progressistas, que estão levando a cabo a proposta constitucional de democracia participativa.

E, assim, terminando esta minha manifestação prestando homenagem aos movimentos populares e respeitando prática que assumi inafastável, quero fazer a leitura de um poema de autoria de meninos e meninas de uma comunidade pobre de Curitiba,

da Comunidade Profeta Elias. De meninos que em razão da organização, de estarem integrando o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, demonstram compreender o papel que eles podem desempenhar na realidade social que vivenciam. Os caminhos que podem transformá-los em sujeitos da história. Esses meninos - que como o Ministério Público - falam de igualdade, querem deixar de ser apenas vítimas do sistema social injusto estabelecido para se constituírem em agentes transformadores desta mesma realidade. Que o poema fique então emblema desse momento especial.

E também, como não se deve perder a ternura jamais, quero dedicá-lo à minha mãe, Olinda Rüppel Sotto Maior, à minha esposa, a Promotora de Justiça, Galatéia Fridlund Sotto Maior e aos meus filhos Olympio e Flávia.

Diz o poema:

"Nós também queremos viver
Nós também amamos a vida
Para vocês a escola
Para nós pedir esmola
Para vocês academia
Para nós delegacia
Para vocês coca-cola
Para nós cheirar cola
Para vocês televisão
Para nós valetão
Para vocês forró
Para nós mocó
Para vocês piscina
Para nós chacina
Para vocês muita emoção
Para nós catar papelão
Para vocês avião
Para nós camburão
Para vocês conhecer a lua
Para nós morar na rua
Para vocês, está bom, felicidade
Mas para nós igualdade
Nós também queremos viver
Nós também amamos a vida."